



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Instrução Normativa nº 01/98

Dispõe sobre a fiscalização da aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, no âmbito dos Municípios e dá outras providências.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994,

Considerando as disposições dos artigos 208, 211, 212, 213 e 214 da Constituição da República,

Considerando a Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.96,

Considerando o disposto nas Leis nºs 9.394, de 20.12.96, e 9.424, de 24.12.96,

Considerando a ação dos órgãos responsáveis na prioridade da fiscalização dos recursos públicos, ao cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

Considerando que no balancete trimestral enviado pelos órgãos municipais a este Tribunal incluem-se os referentes aos gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino,

Considerando, ainda, que a individualização da documentação relativa à aplicação de recursos públicos municipais na manutenção e desenvolvimento do ensino representa fator fundamental na eficácia da análise das contas municipais por este Tribunal,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Instrução Normativa nº 01/98

Considerando anteprojeto, do qual foi designado relator o Conselheiro Alcides Alcantara, que, após discutido e votado, mereceu aprovação unânime do Egrégio Plenário na sessão realizada nesta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Os Municípios deverão encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, individualizadamente, acompanhando os balancetes trimestrais, a documentação relativa à aplicação dos impostos arrecadados e transferidos na manutenção e desenvolvimento do ensino e na valorização do magistério.

Art. 2º. Deverá constar da lei orçamentária anual, na receita prevista e na despesa fixada para manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério, a destinação e discriminação do percentual previsto nas Leis Orgânicas dos Municípios e no artigo 60 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, obedecido o mínimo previsto no artigo 212 da Constituição da República.

Art. 3º. A aplicação dos percentuais mínimos obrigatórios deverá se efetuar dentro do exercício financeiro a que se refere os recursos, não se admitindo a sua compensação nos exercícios subseqüentes.

Parágrafo Único. Para fins de cumprimento da aplicação de que trata este artigo deverá ser observada a despesa empenhada.

Art. 4º. Consideram-se despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino as relacionadas no artigo 70 da Lei nº 9.394, a saber:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Instrução Normativa nº 01/98

III - uso e manutenção de bens vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de créditos destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 5º. Não serão consideradas como despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino as previstas no artigo 71 da Lei nº 9.394, realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 6º. O acompanhamento e a análise da documentação enviada ao Tribunal de Contas dos Municípios serão procedidas pelos Órgãos Técnicos, que verificarão a compatibilização entre receita prevista e despesa fixada e as efetivamente realizadas pela Administração Municipal, com vistas ao atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, conforme o disposto no *caput* do artigo 69 e seu § 4º, da Lei nº 9.394.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Instrução Normativa nº 01/98

Art. 7º. Os documentos de despesa relativos à manutenção e desenvolvimento do ensino e as realizadas com recursos do **FUNDEF** deverão ser identificados com o carimbo **EDUCAÇÃO**.

Art. 8º. Os comprovantes de pagamento dos servidores que exercem atividades na educação básica deverão vir discriminados por nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio) e por atividade (Magistério e Administrativo).

Art. 9º. A comprovação das despesas custeadas com recursos previstos no *caput* do artigo 7º da Lei nº 9.424 deverá vir discriminada por atividade (docência, direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional), nos termos da Resolução nº 3, de 08.10.97, do Conselho Nacional de Educação, ou outro documento legal que venha substituí-lo.

Art. 10. Deve acompanhar a documentação trimestral o Demonstrativo de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e da aplicação do **FUNDEF**, de acordo com o modelo constante nos anexos desta Instrução Normativa.

Art. 11. A quando da prestação de contas trimestral dos recursos da educação destinados ao **FUNDEF**, obrigatoriamente estes deverão vir acompanhados do parecer do Conselho de Controle Social, nos termos do artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 9.424.

Art. 12. Estará sujeito às penalidades previstas no artigo 57 da Lei Complementar Estadual nº 25, sem prejuízo da remessa dos autos ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade penal, o ordenador de despesa que utilizar recursos do **FUNDEF** para pagamento de despesas não relacionadas ao ensino fundamental e incompatíveis com o artigo 70 da Lei nº 9.394.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Instrução Normativa nº 01/96, de 06.08.96.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 17 de março de 1998.

Conselheiro Laércio Dias Franco

Presidente

Conselheiro Alcides Alcantara

Relator